

À  
**ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO –AMBITO INTERNACIONAL - POSSIBILIDADE IMPORTAÇÃO**  
**DIRETA Nº 017/2017**  
**Rua Vênus, s/n, Bairro Alecrim – Vila Velha – Espírito Santo – CEP: 29.118-060**

A Empresa **PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.012.469/0001-27, estabelecida na Rua Conde de Bonfim, nº. 211, sala 807, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, através de seu Representante Legal infra-assinado, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor:

## RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO PRÓPRIO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **MADE INFORMATICA LTDA ME**, para o lote 18, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

### DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedo que, após a análise da proposta comercial apresentada, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa **MADE INFORMATICA LTDA ME**, para o lote 18, em total desacordo com as normas editalícias.

Registramos intenção de recurso tempestivamente, sob a motivação do não atendimento das exigências habilitatórias do edital apresentada pela empresa mencionada.

## DAS RAZÕES

### 1) ACERCA DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

Reza no edital: **ANEXO II – EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO - Subitem 3.1.4. Qualificação Técnica**

**3.1.4** Comprovação de que o PROPONENTE fornece/forneceu, sem restrição, bens/materiais **DE NATUREZA SEMELHANTE** ao (s) indicado(s) no Anexo I deste Edital. A comprovação será feita por meio de atestado fornecido por empresa de direito público ou privado, registrado na entidade profissional competente, se houver; (ITEM ESPECÍFICO PARA ALGUNS CASOS, DEPENDENDO DO OBJETO) Grifo nosso.

Após vista a documentação de habilitação enviada por V.Sa. constatamos que a empresa arrematante apresentou atestado da empresa de direito Privado LB2 INTERATIVA para comprovação da exigência técnica acima, atestando o fornecimento , de forma genérica , de equipamentos de informática em geral ,entre outros materiais .

Fica claro que o atestado apresentado NÃO COMPROVA semelhança com o objeto licitado (SERVIDORES DE REDE), pois sequer é mencionado.

Desta forma, sugerimos que seja feita diligência no atestado apresentado (NOTA FISCAL e XML), afim de esclarecer o que compõe o referido documento.

Importante destacar, que a produção de diligência no curso do processo licitatório não constitui mera faculdade da Administração. Trata-se de providência que deve ser adotada sempre que surgirem dúvidas a respeito dos documentos de habilitação ou quanto ao teor da proposta apresentada pelo arrematante.

À corroborar o exposto acima, insta transcrever o Acórdão do TCU, in litteris:

Acórdão 2864/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

“Nesse particular, e importante mencionar que a faculdade para realização da diligencia preconizada pelo art. 43, § 3o, da Lei no 8.666/1993, assiste a autoridade julgadora em momentos de dúvidas. Ou seja, caso haja dúvida a autoridade competente pode diligenciar. Entretanto, na dúvida não e licito ao agente público decidir em prejuízo do interesse coletivo, ainda mais nesse caso que inabilitou a proposta mais vantajosa para a Administração.”

Ainda sobre a empresa que forneceu o atestado, em consulta ao cartão do CNPJ verificamos que esta também é empresa revendedora de equipamentos de informática, o que nos causa, alguma estranheza, pois ao adquirir equipamentos de informática de outra empresa, com custo maior, quando conseguiria preço menor em qualquer Distribuidor.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 12.543.364/0001-05 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
<b>DATA DE ABERTURA</b> 15/09/2010			
<b>NOME EMPRESARIAL</b> LB2 INTERATIVA LTDA - ME			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> LB2 INTERATIVA			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
<b>LOGRADOURO</b> R NATANAEL DO AMARAL CARNEIRO		<b>NÚMERO</b> 80	<b>COMPLEMENTO</b> : A;
<b>CEP</b> 29.090-790	<b>BARRIO/DISTRITO</b> JARDIM CAMBURI	<b>MUNICÍPIO</b> VITORIA	<b>UF</b> ES
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> SOCIETARIO@ADMLOG-ES.COM.BR		<b>TELEFONE</b> (27) 3024-6001 / (27) 3026-2610	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 15/09/2010	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>  			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

### O que é um SERVIDOR ?

É uma máquina mais sofisticada e possui um S.O. de rede responsável pelo gerenciamento de Usuários da rede, controlando diretamente o acesso aos periféricos e arquivos compartilhados com impressoras, modems ou discos.

**Servidor é distinto**, com finalidades e necessidade de conhecimento técnicos específicos para sua comercialização, instalação e manutenção.

**Conclusão** : A comprovação de capacidade técnica na comercialização, suporte e garantia na linha de Servidores é fundamental para proteção do elevado investimento que será feito, além da criticidade para o perfeito funcionamento dos processos administrativos desta Associação. Está claro pelas

considerações acima , que uma empresa para possuir tal capacitação precisa de pessoal técnico e comercial especializado e treinado para exercer esta atividade , o que não foi comprovado pela Made Informática.

## 2) ACERCA DO ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PELA EMPRESA:

O edital prevê como exigência **mínima** “ 2x Intel® Xeon® E5-2690 2.3GHz,45M Cache;” . Ocorre que a MADE INFORMÁTICA ofertou processador modelo E5-2690, que possui cache de no máximo 35MB , portanto , inferior ao exigido . O processador que atente na íntegra é o E5-2697V4 , que foi ofertado por nossa empresa ( vide registo site BB ) , cujo custo unitário é pelo menos R\$ 3.500,00 acima do E5-2690 . Abaixo as comprovações técnicas :

Especificações E5-2690V3 : [https://ark.intel.com/pt-br/products/81713/Intel-Xeon-Processor-E5-2690-v3-30M-Cache-2\\_60-GHz](https://ark.intel.com/pt-br/products/81713/Intel-Xeon-Processor-E5-2690-v3-30M-Cache-2_60-GHz)

Especificações E5-2690V4 : [http://ark.intel.com/pt-BR/products/91770/Intel-Xeon-Processor-E5-2690-v4-35M-Cache-2\\_60-GHz](http://ark.intel.com/pt-BR/products/91770/Intel-Xeon-Processor-E5-2690-v4-35M-Cache-2_60-GHz)

Especificações E5-2697V4 : [https://ark.intel.com/pt-br/products/91755/Intel-Xeon-Processor-E5-2697-v4-45M-Cache-2\\_30-GHz](https://ark.intel.com/pt-br/products/91755/Intel-Xeon-Processor-E5-2697-v4-45M-Cache-2_30-GHz)

Restando comprovado que a empresa não tendo acatado as exigências técnicas constantes neste certame, em sua totalidade, deveria ter sido desclassificada sumariamente.

## DOS FUNDAMENTOS

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666.

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: § 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução

foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”

Verificamos no presente caso a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição e artigo 3º da lei 8.666/93. O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento, conforme o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

Conclui-se que é dever da Administração Pública agir conforme as exigências do instrumento convocatório, de acordo com artigo 37 da Constituição Federal e artigo 3º da lei 8.666 de 1993.

Segundo a autora Di Pietro (2007, p.334), trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicado no artigo 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

A autora firma ainda que:

“Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato **com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que se desrespeitou** (DI PIETRO, 2007, p.334).”

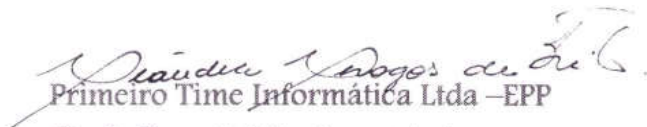
Fica claro que o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no artigo 41 da Lei 8.666.

Desta forma, a manutenção da habilitação da empresa, além de contrariar as exigências do ato convocatório, é uma injustiça para com as licitantes, que atendem integralmente ao edital, além de trazer sérios riscos em contratar empresa que não apresenta qualificação para tal.

### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, a **RECORRENTE** vem data vênua perante a V.S.<sup>a</sup>, formular o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no qual requer o provimento em face de V.Sa. rever a decisão e **DECLASSIFICAR** a empresa **MADE INFORMATICA LTDA ME** para o lote 18, **por descumprir as exigências editalícias**, às quais Administração e licitantes encontram-se estritamente vinculados. Desta forma, V.S.<sup>a</sup> estará com resguardo dos mais sagrados princípios de lédima e irrecusável **JUSTIÇA!!!!!!!!!!!!!!**

Nestes Termos;  
Pede Deferimento.

  
Primeiro Time Informática Ltda –EPP  
Claudia Chagas de Brito – Representante  
CRA/RJ nº.20.72245-1 – CPF: 971.359.687-00